CADERNO DE ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS

Práticas do(a) pedagogo(a) orientador(a) na Educação Profissional Tecnológica

Joelma Costa Holanda dos Santos
Fábio Santos de Andrade

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
RONDÔNIA

UNIR
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESCOLAR
MEST RADO PROFISSIONAL

Ficha Catalográfica
IFRO – CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

S237c

Santos, Joelma Costa Holanda dos
Caderno de Práticas Educativas: possibilidades de ações educativas: o pedagogo orientador na educação profissional tecnológica (EPT) / Joelma Costa Holanda dos Santos. -- 2019.
42 p. : il. 20cm.

Produto Educacional da Dissertação - Práticas do pedagogo orientador na assistência estudantil do Instituto Federal de Rondônia (IFRO). (Mestrado Profissional em Educação Escolar). Universidade Federal de Rondônia, Campus Porto Velho, 2019.
Orientador: Prof. Dr. Fábio Santos de Andrade

1. Práticas Pedagógicas. 2. Pedagogo Orientador. 3. Assistência Estudantil.
I. Andrade, Fábio Santos de (Orient.) II. Universidade Federal de Rondônia. III. Título.
CDD: 371
CDU: 37.01

Bibliotecária Responsável: Célia Reis Sales CRB11/955

SOBRE OS AUTORES

Joelma Costa Holanda dos Santos

Formação profissional - possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR/Campus Guajará-Mirim, com especialização *latu sensu* em Orientação, supervisão e Gestão Escolar pela Faculdade Santo André - FASA, atualmente é mestranda do Programa de Mestrado Profissional em Educação Escolar na Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

Experiência profissional – atuou como Pedagoga no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS no município de Guajará-Mirim-RO; foi docente do ensino fundamental I em escola pública municipal no município de Nova Mamoré-RO, e atualmente é Pedagoga orientadora no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO/Campus Porto Velho Zona Norte no município de Porto Velho/RO.

Fábio Santos de Andrade

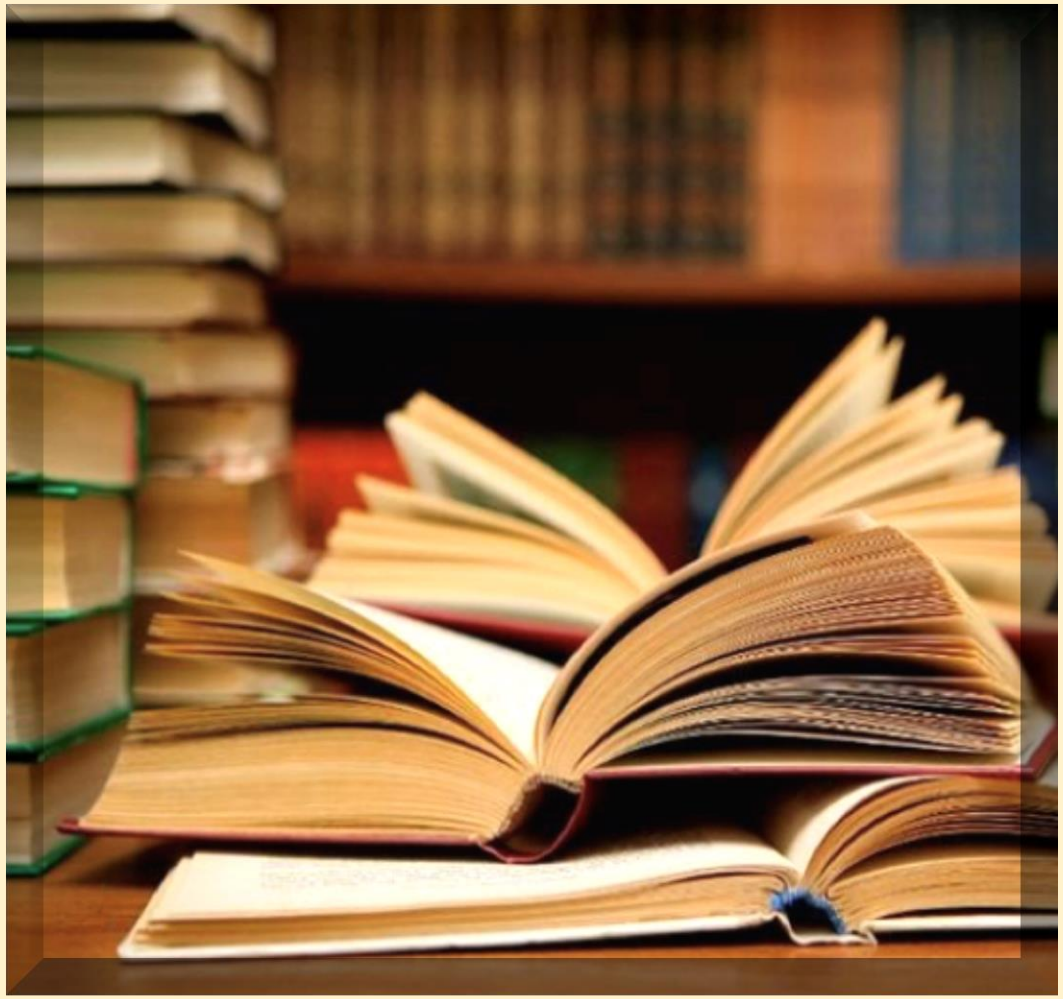
Educador Social. Professor Adjunto do Departamento Acadêmico de Ciências da Educação (DACIE) e do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar - Mestrado e Doutorado Profissional (PPGEE), da Universidade Federal de Rondônia - UNIR.

Pesquisador da História Social e da Sociologia da Juventude, atuando com os seguintes temas: Educação Social, crianças e adolescentes em situação de rua, educação popular, pessoas em situação de rua, movimentos sociais, fenomenologia merleaupontyana.

Líder do Grupo de Estudos Pedagógicos (GEP) e Coordenador do Grupo de estudos sobre crianças e adolescentes em situação de risco (DACIE/UNIR).

Apresentação

Este Caderno de Orientações Pedagógicas, fruto de pesquisa realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Foi elaborado com o objetivo de contribuir com a reflexão e prática dos(as) pedagogos(as) orientadores(as) que atuam no Instituto Federal de Rondônia (IFRO). Considerando a importância do trabalho realizado pelos(as) pedagogos(as), a formação continuada lhes possibilita vivenciar o novo e promover uma educação reflexiva, humanizada e emancipadora.



Sumário

1 Introdução

2 Ser Orientador(a) Educacional

3 O(a) pedagogo(a) orientador(a) no contexto educacional do IFRO

4 Documentos que orientam a prática do(a) pedagogo(a) orientador(a) e Atividades típicas do cargo

5 Dicas de referências e instrumentais

6 Dicas para elaboração de atividade formativa e plano de ação

7 Considerações e Referências

INTRODUÇÃO

Atualmente, é perceptível que as áreas de atuação do(a) pedagogo(a) estão bastante diversificadas, tornando-o importante não somente para a escola, mas também para outros contextos de atuação como saúde, serviço social dentre outras.

Nesse contexto, evidencia-se o protagonismo do(a) pedagogo(a) em diversos ambientes e a medida que seu papel é ampliado, requerem-se múltiplas competências, sendo identificado(a) como a pessoa que deve resolver os problemas da escola, fato que gera distorções quanto às suas competências.

Assim, o Pedagogo(a) Orientador(a) em sua prática tem como principal papel mediar o processo educativo do discente, visando uma orientação individual, coletiva e participativa. Por outro lado, para que a sua atuação seja exitosa, é essencial a formação continuada. Pelo conhecimento abrangente que o(a) pedagogo(a) adquire em sua formação e na prática profissional, destacam-se a relevância da sua participação no processo de reconstrução de um projeto pedagógico inovador.

Compreendendo que existem diferentes fatores que podem influenciar os resultados referentes ao processo ensino aprendizagem, este caderno de orientações pedagógicas busca socializar práticas desenvolvidas pelo(a) pedagogo(a) orientador(a) que atua na equipe multiprofissional da Assistência Estudantil do IFRO, e dessa forma colaborar com ações que contemplem os objetivos propostos pela política de assistência estudantil no contexto da educação profissional e tecnológica.

A Orientação Educacional é um sistema que se dá através da relação de ajuda entre orientador, aluno, e demais segmentos da escola; resultado de uma relação entre pessoas, realizada de maneira organizada que acaba por despertar no educando oportunidades para amadurecer, fazer escolhas, se autoconhecer e assumir responsabilidades (MARTINS, 1994, p. 97).

Ser Orientador(a)Educacional

Diante de um cenário de mudanças políticas e sociais ocorridas no Brasil no final do século XX e das necessidades de articulação entre escola e trabalho, a prática do profissional orientador sofreu muitas transformações e tornou-se tema de discussão recorrente no âmbito da educação. Assim, na perspectiva de compreender melhor o papel do(a) orientador(a) no ambiente escolar, apresentamos alguns fatores relevantes da construção da sua identidade profissional, para isso é fundamental trazer um conceito do que é a orientação educacional.

Tendo em vista a necessidade de uma atuação diferenciada, embasada nos novos paradigmas da sociedade vigente, a orientação escolar procura constantemente rever os valores e atuar adequadamente diante dos conflitos do cotidiano escolar. O orientador educacional tem como papel estabelecer relações de ajuda mútua entre todos que fazem parte do processo ensino e aprendizagem. Nesse sentido, também é papel do orientador a promoção da conscientização da equipe pedagógica quanto à necessidade de participação de modo colaborativo do processo de conhecimento da realidade social do aluno, em que todos têm algo a oferecer em prol de um mesmo objetivo: promover ao discente uma educação de qualidade que o considere como o principal protagonista nesse processo.

Considerando a complexidade que envolve a construção do papel do orientador, depois da década de 1990 os orientadores procuram fundamentações que embasem melhor o seu trabalho, destacando mais a integração dos profissionais da escola, fazendo um trabalho de conscientização quanto à necessidade de estarem integrados no fazer pedagógico, para a compreensão do aluno de forma mais ampla, conhecendo a sua realidade social, caracterizada pelas relações que o constituem, isso inclui os conflitos da vida afetiva, familiar, financeira, dentre outros, com foco na dimensão humana.

Em vista disso, não se pode deixar de suscitar a reflexão quanto às múltiplas competências que se esperam do profissional no desempenho da função de orientador escolar desde o surgimento da profissão até a atualidade. De fato, há muitos requisitos para uma única função, os quais fizeram ou, de certa forma, ainda fazem parte do cotidiano deste profissional. Assim, devido à importância e à relevância de seu trabalho dentro da escola, compreende-se as inquietações quanto à busca constante pela definição da sua identidade profissional e ressignificação do seu papel no contexto escolar.

Sua formação tem fundamentação totalmente acadêmica, sendo que este modelo não é pensado de acordo com as exigências que se apresentam na prática do profissional; somente o suporte teórico que obtém em sua formação não é suficiente para suprir as demandas que surgem na prática. Na condição de docente ou apoio pedagógico, esse profissional busca sempre o confronto das teorias que fundamentaram a sua formação com a prática cotidiana.

Diante das habilidades requeridas e do amplo leque de atribuições do pedagogo, somente a formação acadêmica não é mais suficiente. Nessa perspectiva, devem ser considerados todos os saberes acumulados na formação acadêmica, na formação continuada e na prática profissional.

Os apontamentos até aqui apresentados revelam a dimensão dos desafios propostos ao pedagogo orientador na busca por reconhecimento de sua identidade profissional. Também faz parte do seu cotidiano na escola a busca por conhecimentos quanto aos aspectos constituintes da sua história e trajetória profissional, os quais podem fundamentar um melhor entendimento quanto ao seu papel no contexto em que está inserido.

Segundo Hall (2006, p. 38), "[...] a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo 'imaginário' ou fantasiado sobre sua unidade". Isso leva ao pensar sobre o inacabamento enquanto seres humanos e nesse sentido, entende-se que por meio das experiências adquiridas na vida pessoal e profissional, o ser humano torna-se quem se é hoje e quem será no futuro.

Numa sociedade em que as relações são construídas coletivamente, por grupos com diferentes objetivos e interesses, é essencial que as práticas pedagógicas exercidas pelos profissionais da educação estejam bem definidas e que sejam comprometidas com os anseios do contexto social em que ocorrem.

Diante das novas demandas apresentadas pela sociedade atual, é papel do profissional o conhecimento sobre os problemas que se apresentam e a realidade do contexto em que está inserido. A partir das dificuldades evidenciadas no contexto educacional, referentes à aprendizagem, às vulnerabilidades socioeconômicas e psicossociais que surgem diariamente na escola, os serviços especializados tornaram-se essenciais e levaram à ampliação das competências múltiplas exigidas dos trabalhadores da educação.

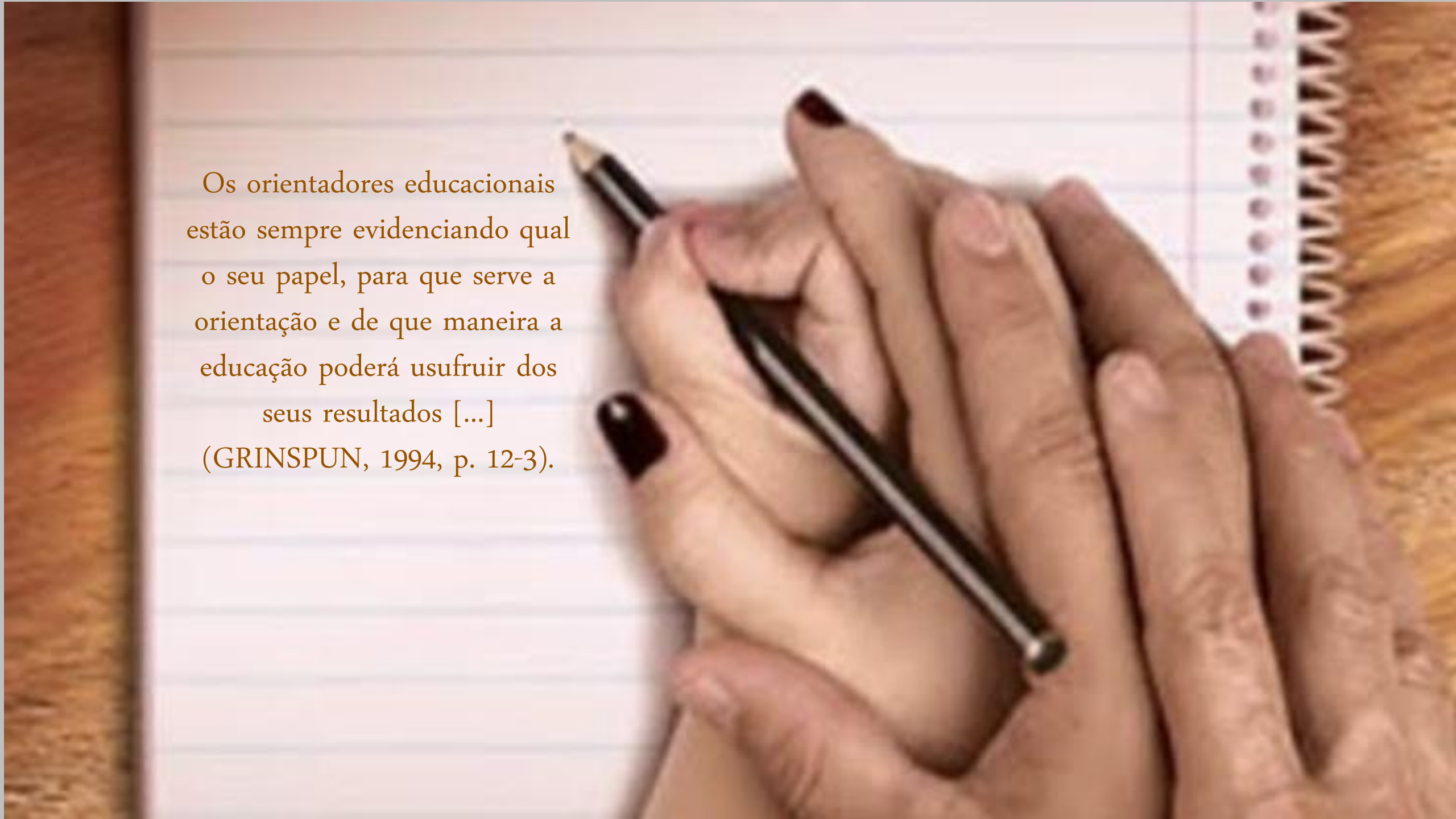
Segundo essa compreensão, percebe-se que a atuação do(a) pedagogo(a) orientador(a) foi ampliada, tendo em vista seus conhecimentos pedagógicos abrangentes. No entanto, destaca-se que este fato não contribui para a valorização do profissional; ao qual, muitas vezes, são atribuídas atividades que ultrapassam suas competências, causando, de certa forma, um mal-estar em seu ambiente de trabalho.

O(a) pedagogo(a) orientador (a) deve desenvolver práticas voltadas à formação de cidadãos críticos, conscientes, atuantes e participativos para a sociedade em que vivem, considerando que, na sociedade atual, a autonomia e o senso crítico são exigidos como os principais requisitos na formação dos sujeitos e tais competências subsidiarão suas escolhas de vida. O(a) pedagogo(a) orientador(a), em sua prática, tem como principal papel mediar o processo educativo do discente em aspectos que contemplem a formação profissional e de cidadania, pois visa a uma orientação individual, coletiva e participativa.

Por outro lado, para que a sua atuação seja exitosa, é importante a conscientização da comunidade escolar sobre a natureza do seu trabalho. Evidencia-se que, por meio das relações construídas e estabelecidas no espaço escolar, as ações desenvolvidas são mais efetivas e bem-sucedidas. Nesse sentido, é importante o destaque às práticas desenvolvidas pelo(a) pedagogo(a) orientador(a) voltadas ao trabalho colaborativo e, para que elas ocorram, o apoio dos demais agentes escolares é essencial.

A prática do orientador(a), hoje, deve estar em procurar ajudar o aluno a construir o conhecimento, a facilitar as condições de aquisição desse conhecimento, promovendo as interações e toda a teia de relações que envolva o sujeito e o meio. Os sentimentos permearão todo o processo e o seu significado será valorizado na construção pretendida. Na perspectiva de colaboração para a superação dos problemas que dificultam seu sucesso escolar, compreende-se que a atuação do pedagogo(a) orientador(a) tem como principal objetivo contribuir com a formação integral do discente, com vistas ao desenvolvimento de habilidades voltadas à construção de um cidadão mais comprometido com a sua realidade. Para que o profissional tenha êxito em suas ações, é necessária a execução de estratégias que incluam um planejamento organizado e sistemático.

É nessa perspectiva, que os Institutos Federais de Educação buscam a estruturação de suas equipes de assistência estudantil, considerando o trabalho do pedagogo(a) orientador(a) em uma instituição pública de ensino profissionalizante, que ocorre em conjunto com outros profissionais integrantes de uma equipe multiprofissional, destaca-se a importância do conhecimento sobre o ambiente e sobre as ações desenvolvidas por estes profissionais.



Os orientadores educacionais estão sempre evidenciando qual o seu papel, para que serve a orientação e de que maneira a educação poderá usufruir dos seus resultados [...] (GRINSPUN, 1994, p. 12-3).

O(a) pedagogo(a) orientador(a) no contexto educacional do IFRO

Conforme o art. 10 da Lei nº 5692/71, é determinada a obrigatoriedade da Orientação Educacional, nas escolas de 1º e 2º graus, porém, sem a legalidade de seus objetivos e propósitos por parte dos educadores, a lei não garantiu a eficiência de seus resultados. Arrastamos, por longas décadas, uma história de Orientação Educacional tecida de vários "bordados pedagógicos", assimilando desde o risco de um bordado terapêutico, até o molde de um bordado apresentado legalmente.

Levando em conta a complexidade em que a história do serviço de orientação foi construída, inicialmente voltada ao atendimento individualizado do aluno problema, ou a orientação vocacional, depois da década de 1990 os orientadores procuram buscar fundamentações que embasem e valorizem o seu trabalho, destacando mais a integração de todos os profissionais da escolar, fazendo um trabalho de conscientização quanto a necessidade de estarem integrados no fazer pedagógico, levando em consideração a realidade social do aluno, procurando compreender o aluno de forma mais ampla, caracterizada pelas relações sociais, isso inclui os conflitos da vida afetiva, familiar, financeira, dentre outros, com foco na dimensão humana.

No cenário educacional da atualidade, o(a) pedagogo(a) orientador(a), em sua prática, tem como principal papel mediar o processo educativo do discente em aspectos que contemplem a formação profissional e de cidadania, pois visa a uma orientação individual, coletiva e participativa. Por outro lado, para que a sua atuação seja exitosa, é importante a conscientização da comunidade escolar sobre a natureza do seu trabalho, e por meio das relações construídas e estabelecidas no espaço escolar, as ações desenvolvidas são mais efetivas e bem-sucedidas.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990, veio afirmar o dever do Estado de efetivar políticas públicas que garantam a promoção do desenvolvimento de crianças e adolescentes. Mesmo diante das várias conquistas referentes à garantia dos direitos dos estudantes, destacamos a responsabilidade social que a escola deve exercer na busca de meios que garantam a efetivação dos direitos adquiridos.

Nesse sentido, a instituição de ensino tem um papel primordial como mecanismo de articulação entre as diversas formas de saberes existentes na sociedade, intervindo e transformando o contexto social.

A LDBEN/1996, em seu artigo 2º, afirma que “a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996).

Com base nesse pressuposto, o Instituto Federal de Rondônia (IFRO) desenvolve mecanismos legais norteadores que possibilitem a garantia de uma educação pública de qualidade, no sentido de minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais e buscar formas de garantir a democratização de acesso, permanência e conclusão dos estudos com êxito.

No entanto, sabemos que os processos de ensino e aprendizagem não ocorrem sem intercorrências, o que traz grandes desafios para a instituição. Conforme a Resolução nº 19/CONSUP/IFRO/2011, as políticas estabelecidas pelo IFRO procuram estimular a democratização do acesso e da permanência do estudante, bem como o seu sucesso acadêmico.

Com base nessa visão, o IFRO instituiu a sua política de assistência estudantil a partir da publicação do Decreto nº 7.234/2010, com a finalidade de trabalhar os aspectos educacionais e biopsicossociais que interferem no processo educativo, princípio estabelecido na Constituição Federal (1988) e na LDBEN (1996). Para isso, o IFRO procura estruturar as equipes multiprofissionais que atuam nas Coordenações de Assistência ao Educando (CAED) ou Departamentos de Assistência ao Educando (DEPAE), e são responsáveis por planejar, desenvolver, acompanhar e avaliar as ações desenvolvidas por suas equipes.

Atualmente, as equipes multiprofissionais do IFRO são formadas por profissionais de diferentes áreas – pedagogo/orientador, psicólogo, assistente social, enfermeiro, técnico em enfermagem, nutricionista, assistente de aluno, intérprete de língua de sinais, auxiliar administrativo e docente, dentre outros. Em consonância com o Decreto nº 7.234/2010, o trabalho da equipe multiprofissional no IFRO tem como finalidade prestar apoio aos discentes nos aspectos pedagógico, psicológico, social e de saúde.

Conforme preconizado no Decreto nº 7.234/2010, que normatiza as ações do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), o IFRO construiu o Regulamento da Política de Assistência Estudantil (REPAE) aprovado pela Resolução nº 23/2018/CONSUP/IFRO, documento que orienta as ações de assistência estudantil nos *campi*, considerando suas especificidades. No IFRO, as unidades possuem autonomia na execução da Política de Assistência Estudantil, que ocorre conforme estabelece o art. 16 da resolução supracitada.

Os integrantes da equipe multiprofissional também realizam intervenções, sejam elas, de forma individual ou coletiva, mediante observação, registro ou encaminhamento de situações relacionadas aos aspectos biopsicossociais que resultam em problemas de infrequência, indisciplina, dificuldades de aprendizagem, dentre outros que dificultam a permanência e êxito dos alunos.

O trabalho desenvolvido pelo pedagogo orientador na assistência estudantil ocorre de forma articulada com a equipe multiprofissional onde as demandas são identificadas por meio do acompanhamento da situação acadêmica dos discentes e pelos encaminhamentos recebidos de professores, coordenadores de curso, outros profissionais, discentes ou seus responsáveis.

Quando um registro é realizado pelo professor ou outro profissional, inicialmente o servidor entra em contato com as partes interessadas para uma conversa de sondagem e possível resolução da situação, após realizada as devidas intervenções com os envolvidos (discentes, família, professor, dentre outros), é realizada a devolutiva ao responsável pelo registro ou encaminhamento com as devidas orientações.

As intervenções junto aos discentes são realizadas mediante os registros de situações que causam conflitos em sala de aula, problemas ou dificuldades nos processos de ensino e aprendizagem, que ocorrem de forma individual ou coletiva. O atendimento individual ocorre quando a situação é específica de um discente, nesse caso, a intervenção é direcionada a este aluno, com encaminhamentos para outros profissionais ou não. Já as intervenções coletivas ocorrem nos casos que envolvem mais pessoas, geralmente em questões específicas de cunho comportamental, respeito às diferenças, dentre outras situações.

O professor constrói sua performance a partir de inúmeras referências. Entre elas estão sua história familiar, sua trajetória escolar e acadêmica, sua convivência com o ambiente de trabalho, sua inserção cultural no tempo e no espaço. [...] (CUNHA, 1997, p. 3).

Documentos que orientam a prática do(a) pedagogo(a) orientador(a)

A história da constituição da assistência estudantil aponta o seu surgimento como tentativa de suprimento das exigências de modernização do país e da necessidade de escolarização da classe trabalhadora no século XX. Nessa perspectiva, o sistema educacional brasileiro programou ações de assistência ao estudante como estratégia emergencial para atender às demandas apresentadas pelo mercado de trabalho da época.

A primeira iniciativa voltada à efetivação de uma política de assistência estudantil no Brasil, a nível constitucional, ocorreu na década de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas. Na Constituição de 1934, é declarado no artigo 157, parágrafo 2° que "[...] se aplicará em auxílio a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudos, assistência alimentar, dentária e médica" (BRASIL, 1934).

Contudo, a assistência estudantil só passa a ser compreendida como um direito para todos os estudantes necessitados a partir da publicação da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN), conforme o artigo 90: "em cooperação com outros órgãos ou não, incumbe aos sistemas de ensino, técnica e administrativamente, prover, bem como orientar, fiscalizar e estimular os serviços de assistência social, médico, odontológico e de enfermagem aos alunos" (BRASIL, 1961).

As mesmas ações referentes à assistência estudantil permaneceram na Constituição Federal de 1967, sendo acrescentado apenas, no artigo 176, o direito à igualdade de oportunidades educativas com a garantia da gratuidade para o ensino médio. No ensino superior, esses direitos só contemplaram aqueles que demonstravam efetivo aproveitamento de estudos e comprovação de inexistência ou insuficiência de recursos financeiros. Somente com a LDBEN (Lei nº 5.692, de 11 de agosto) de 1971, no artigo 62, as ações de assistência estudantil são especificadas de forma mais pontual:

§ 1° Os serviços de assistência educacional de que trata este artigo destinar-se-ão, de preferência, a garantir o cumprimento da obrigatoriedade escolar e incluirão auxílios para aquisição de material escolar, transporte, vestuário, alimentação, tratamento médico e dentário e outras formas de assistência familiar.

§ 2° O poder Público estimulará a organização de entidades locais de assistência educacional, constituídas de pessoas de comprovada idoneidade, devotadas aos problemas sócio educacionais que, em colaboração com a comunidade, possam incluir-se da execução total ou parcial dos serviços de que trata este artigo, assim como da adjudicação de bolsas de estudo (BRASIL, 1971).

Com o processo de redemocratização do Brasil nos anos de 1980, constroem-se novos espaços que favorecem o aprofundamento e a melhor organização das discussões que tratam da assistência estudantil. Nesse contexto, foi criado o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), que defendia a construção de uma universidade pública, gratuita e de qualidade, cuja pauta de discussão era a democratização do ensino superior no Brasil, incluindo o debate referente à assistência estudantil.

Documentos Nacionais

- ✓ Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- ✓ Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que cria Estatuto da Criança e do Adolescente;
- ✓ Lei nº 9394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- ✓ Lei nº 11.645/08, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira";
- ✓ Lei 9795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental;
- ✓ Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais;
- ✓ Decreto nº 4281 de 25 de junho de 2002 que regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 sobre Políticas de Educação Ambiental;

- ✓ Lei nº10.639/2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”;
- ✓ Resolução CNE/CP nº01/2004, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- ✓ Decreto nº 6.775/2009, que institui, dentre outras providências, a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica;
- ✓ Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que cria o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES),
- ✓ Resolução CNE/CP nº 01/2012, que estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em direitos Humanos;
- ✓ Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE;
- ✓ Resolução CNE/CP nº 02, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada.
- ✓ Lei nº 13.146/15, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)

Documentos do IFRO

- ✓ RESOLUÇÃO Nº 65/CONSUP/IFRO, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015 - *Dispõe sobre o Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO;*
- ✓ RESOLUÇÃO Nº 88/CONSUP/IFRO/2016, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016 - Dispõe sobre o Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos de Nível Médio do IFRO;
- ✓ RESOLUÇÃO Nº 87/CONSUP/IFRO, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016 - *Dispõe sobre o Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos de Graduação do IFRO;*
- ✓ RESOLUÇÃO Nº 1, DE 09 DE JANEIRO DE 2017 - *Dispõe sobre o Regulamento Disciplinar Discente (RDD) do IFRO;*
- ✓ *RESOLUÇÃO Nº 23/REIT - CONSUP/IFRO, DE 26 DE MARÇO DE 2018 - Dispõe sobre a aprovação do Regulamento dos Programas de Assistência Estudantil (REPAE) do – IFRO;*
- ✓ *PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO IFRO DE 2018-2022 (PDI) - Em cumprimento à Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e a outros dispositivos legais vigentes, o IFRO construiu o seu Plano de Desenvolvimento Institucional.*

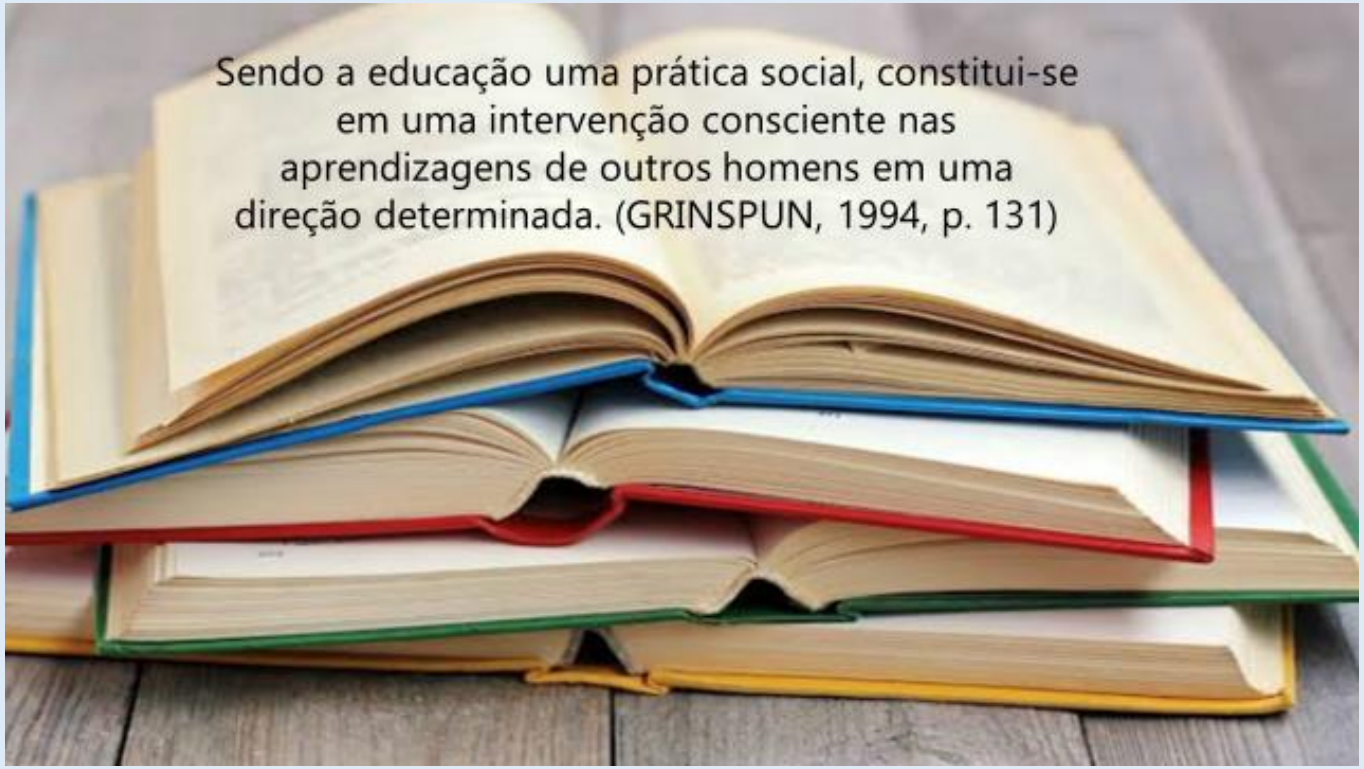
Descrição de atividades típicas do cargo de orientador(a) educacional

- ✓ Estudar medidas que visem melhorar os processos pedagógicos, inclusive na educação infantil;
- ✓ Elaborar e desenvolver projetos educacionais;
- ✓ Participar da elaboração de instrumentos específicos de orientação pedagógica e educacional;
- ✓ Organizar as atividades individuais e coletivas de crianças em idade pré-escolar.
- ✓ Elaborar manuais de orientação, catálogos de técnicas pedagógicas;
- ✓ Participar de estudos de revisão de currículo e programas de ensino;
- ✓ Executar trabalhos especializados de administração, orientação e supervisão educacional.
- ✓ Participar de divulgação de atividades pedagógicas.
- ✓ Implementar programas de tecnologia educacional.
- ✓ Participar do processo de recrutamento, seleção, ingresso e qualificação de servidores e discentes na instituição.
- ✓ Elaborar e desenvolver projetos de ensino-pesquisa-extensão.
- ✓ Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.

[...] todo trabalho docente é trabalho pedagógico, mas nem todo trabalho pedagógico é trabalho docente [...]. (LIBÂNEO, 2001, p. 12)

Dicas de referências e instrumentais

Nesta seção estamos compartilhando algumas indicações de leituras, filmes, vídeos, e instrumentais que podem contribuir com a prática do pedagogo, visando sensibilizar e orientar esses profissionais que atuam no serviço de orientação escolar, no âmbito educacional, especialmente aos que atuam ou que pretendem atuar na educação profissional e tecnológica. Lembrando que os instrumentais de registros são apenas sugestões que podem contribuir com o trabalho desenvolvido pelo pedagogo orientador, sabemos que as realidades são diferentes e a padronização nem sempre é eficaz, assim, as adaptações das ferramentas são necessidades constantes.



LEITURAS

BRANDT, Andressa Graziele; NASCIMENTO, Franc-Lane Sousa Carvalho; MAGALHÃES, Nadja Regina Sousa; SILVA, Marylucia Carvalho. **O trabalho do pedagogo nos IFs: uma busca pela qualidade da educação profissional tecnológica.** In: Revista EIXO, Brasília - DF, v.3 n.1, Janeiro – Junho de 2014.

GRINSPUN, Miriam P. S. Zippin (org.). **A prática dos orientadores educacionais**. São Paulo: Cortez, 1994.

GARCIA, Regina Leite (Org.). **Orientação Educacional**: o trabalho na escola. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1994 (Coleção Educar, 12).

VÍDEOS

Histórico sobre o Orientador Educacional – Roberta Guedes, 2015.

Origem e Evolução Histórica da Orientação Educacional – Mirian Grinspun, 2015.

Orientação Educacional na Dinâmica do Cotidiano Escolar – Mirian Grinspun, 2015.

FILMES

Como estrelas na terra – KHAN, Aamir. Índia: Estúdio/Distrib: Aamir Khan Productions. 2007.

A luta por um ideal – Daniel Barnz, 2012.

Mãos talentosas – Thomas Carter, 2009.

Instrumentais de registro

Ficha para levantamento de dados sócio-econômico-afetivo sociais e culturais

FICHA PARA LEVANTAMENTO DE DADOS SÓCIO-ECONÔMICO-AFETIVO SOCIAIS E CULTURAIS DOS ALUNOS FALTOSOS

Escola:_____
Município: _____

1. Dados Pessoais:
Aluno(a): _____ idade:_____
Série: _____Turma: _____ Período: _____Naturalidade: _____
Estado Civil: _____Filhos: ( ) sim ( ) não Quantos: _____
Religião: _____ Trabalha? _____ períodos: _____
Ocupação Profissional: _____ Local_____
Endereço Residencial: _____
E-mail: _____
Contato telefone: _____

2. Dados Familiares:
Algum dos pais é falecido? _____ Qual? _____
Escolaridade do pai: 1º ao 5º ano ( ) 6º ao 9º ano ( ) Ensino Médio ( ) Superior ( ) Não estudou( )
Trabalha atualmente: sim ( ) não ( ) Profissão: _____
Escolaridade da mãe: 1º ao 5º ano ( ) 6º ao 9º ano ( ) Ensino Médio ( ) Superior ( ) Não estudou( )
Trabalha atualmente: sim ( ) não ( ) Profissão: _____
Mora com os pais: sim ( ) não ( )
Quantas pessoas moram com você? _____ Quantas trabalham?_____

3. Dados Sócio-econômicos.
Moradia:
Casa própria ( ) Casa de aluguel ( ) Casa de parentes ( ) Casa cedida ( )
Possui meio de transporte:
sim ( ) não ( ) Qual?_____
Renda Familiar Aproximada:
Até 02 salários ( ) entre 03 e 05 salários ( ) entre 06 e 10 salários ( ) acima de 10 salários ( ) outros
Eletrodomésticos:
televisor ( ) geladeira ( ) som ( ) fogão à gás( ) vídeo cassete ( ) máquina de lavar roupas ( ) micro-ondas ( ) freezer ( ) antena parabólica ( ) computador( )

4. Dados do(a) aluno(a)
Como é o relacionamento com a família?
_____
_____
_____
Com as outras pessoas?_____
Tem facilidade em fazer amigos? _____
A que atribui isso?_____
Ajuda em casa? _____ como?_____
Apresenta algum interesse ou habilidade especial? Qual? _____
_____
Frequenta algum curso especializado? Qual? _____

Assinale as principais características que se aplicam a sua personalidade:

CARACTERÍSTICAS	SIM	NÃO	ÀS VEZES
Conversa muito			
Tem facilidade de se expressar			
Tem iniciativa			
Demonstra timidez			
Toma bebida alcoólica			
Atende ordens com facilidade			
Fuma			
Costuma ser organizado com seus pertences			
Se sente amado			
Já se envolveu em algum tipo de droga ilícita			
É depressivo			
É alegre			
Sente-se bem consigo mesmo			
É nervoso			
É autoconfiante			

5. Saúde
Já fez ou faz uso de algum remédio controlado?_____ Se fez qual?_____
Teve alguma doença mais séria, ou acidente enquanto pequeno? Qual?
_____
Possui distúrbio:
visão ( ) de fala ( ) de audição ( ) de coordenação motora ( )
É alérgico? A que? _____
Recebe ou já recebeu acompanhamento:
Psicológico ( ) Fonoaudiológico ( ) Neurológico( )

Fonte: Arquivo da autora.

Ficha para levantamento de dados sócio-econômico-afetivo sociais e culturais

Motivo:

_____

_____

Precisa de algum cuidado especial? Qual?

_____

6. Vida Escolar

Parou de estudar?_____ quantas vezes? _____ficou quanto tempo afastado?

_____

Por que parou de estudar?

_____

_____

_____

Gostaria de voltar a estudar? _____

Tem facilidade em aprender coisas novas?_____

Gosta desta escola? _____

Em sua opinião, em que a escola precisa melhorar?

_____

_____

_____

Como você se sente longe da escola?_____

Quais são as disciplinas em que você tem mais facilidade?

_____

_____

_____

É oriundo de algum projeto educacional ? Se sim, qual?_____

Frequentou a EJA ? _____

Pretende prestar exame vestibular? _____ **Que curso?**_____

O que espera que a escola lhe proporcione?

_____

_____

7. Quais são seus objetivos de vida?

Financeiro:

_____

_____

_____

Humano:

_____

_____

_____

Profissional:

_____

_____

_____

Familiar:

_____

_____

_____

Porto Velho, _____ de _____ de 20.....

_____

Assinatura do (a) Aluno (a)

_____

Assinatura do (a) Orientador Educacional

Fonte: Arquivo da autora.

Ficha Diagnóstico de Turma

FICHA DIAGNÓSTICA DAS TURMAS

Escola: _____
Curso: _____Turma _____Período _____

1 – Como você caracteriza a turma?
a)Pontos
Positivos:_____
_____
_____
_____

b) Pontos que precisam ser melhorados:
_____
_____
_____
_____

2 – Cite os alunos que precisam de acompanhamento especificando o motivo.
1_____
Motivo_____
2_____
Motivo_____
3 _____
Motivo _____
4 _____
Motivo _____

3 – Quais são os alunos que se destacam em relação ao bom perfil de estudante? Justifique.
_____
_____
_____
_____

4 – Que tipo de intervenção você sugere que seja feito na sua turma pelo(a) Orientador(a) Educacional?
_____
_____
_____
_____
_____

5 – Em sua opinião o representante de turma se enquadra no perfil? Justifique.
_____
_____
_____

Fonte: Arquivo da autora.

Verso Ficha Diagnóstico de Turma

_____
_____

6- Quais são os alunos que faltam muita aula?
_____
_____
_____
_____

7- Outros comentários caso julgue pertinentes.
_____
_____
_____
_____
_____

Local:_____Data: ___/___/____

_____
Assinatura do(a) Coordenador(a) de Curso

Ficha atendimento com aluno

TERMO DE COMPARECIMENTO E CIÊNCIA DE FATO OCORRIDO

Nome do (a) aluno (a):_____

Ano/Semestre:_____Curso:_____ Turno:_____

***Assunto a ser tratado:**

(...) Conversa

(...) Orientação/Aconselhamento

(...) Ocorrência

Porto Velho – RO, _____de _____de 20_____

_____ Aluno

_____ Orientação

_____ Coordenação CAED

Verso Ficha atendimento coletivo

FICHA DE ATENDIMENTO COLETIVO

Turma:_____Ano/Semestre:_____Turno:_____

Lider:_____Vice-lider:_____

***Assunto a ser tratado:**

(...) Conversa

(...) Orientação/Aconselhamento

(...) Ocorrência

Porto Velho – RO, _____de _____de 20_____

*Após intervenção com a turma, em caso de ocorrência houve:

(...) Falta Leve ( )Falta Média ( ) Falta Grave ( ) Falta sujeita à indenização

*Como medida disciplinar foi aplicado:

(...) Advertência Oral ( ) Advertência Escrita ( ) Suspensão

_____ Orientação

_____ Coordenação CAED

Fonte: Arquivo da autora.

Ficha para Conselho de Classe

SERVIÇO DE ORIENTAÇAO EDUCACIONAL
FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO CONSELHO DE CLASSE

Curso _____ Turma: _____ _____
Professor: _____ _____
Disciplina _____
Pontos positivos:
_____ ____
_____
_____ _
Pontos negativos:
_____ ____
_____ _____
_____ _____

Alunos com dificuldades relacionados a:

	Aspectos Alunos	Disciplina	Indisciplina	Frequência	Participação	Interesse	Base conteúdos	Rel. Professor	Rel. Turma

Verso Ficha para Conselho de Classe

Alunos que não atingiram a média:
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

Providências a serem tomadas para sanar as dificuldades encontradas:
_____ ____
_____
_____
_____
_____ _____
_____
_____

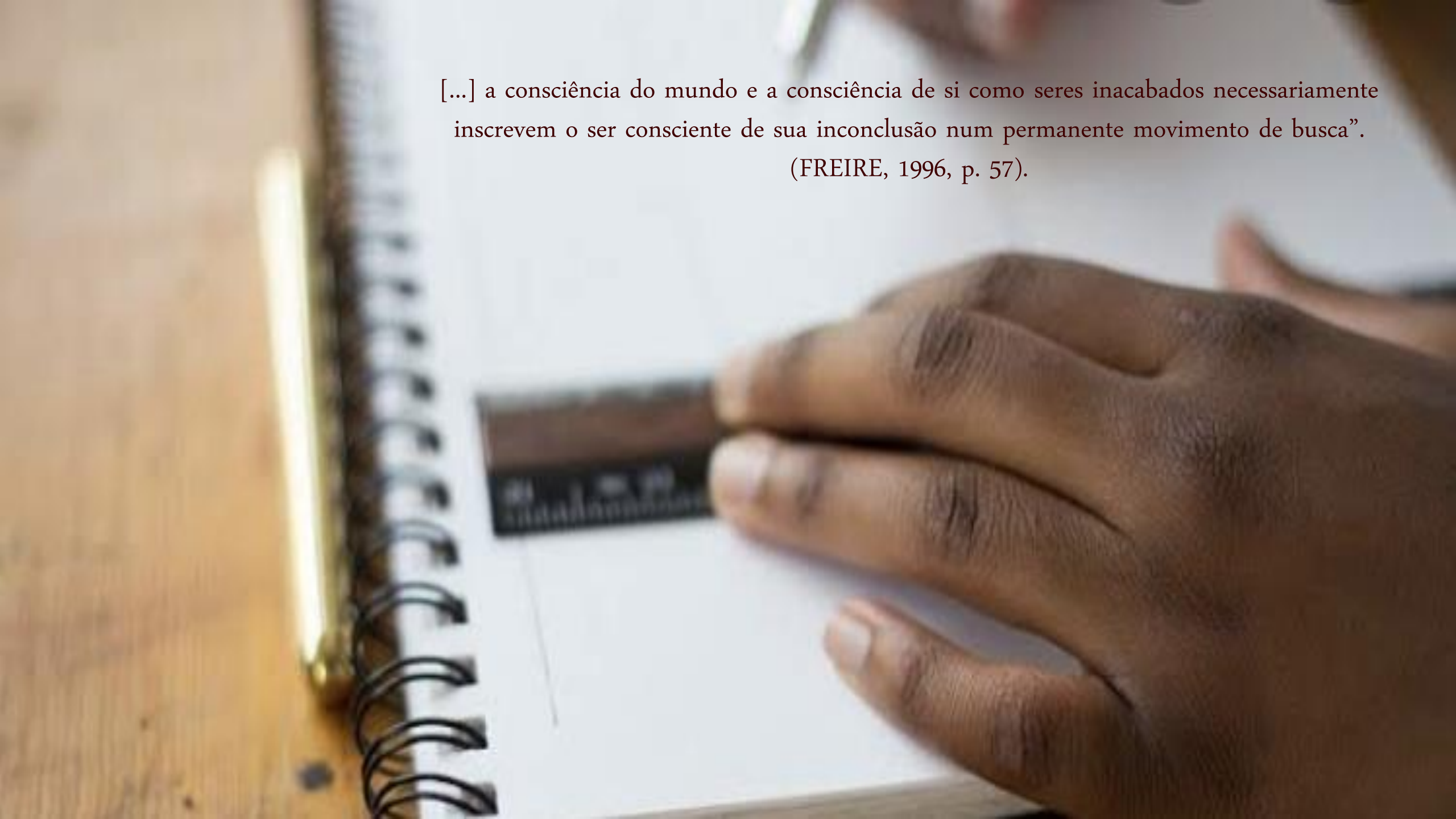
Alunos destaques neste bimestre:
_____
_____ _
_____

Outras Observações:
_____
_____
_____
_____

Porto Velho, _____ de _____ de _____.

Assinatura da Orientadora Educacional _____

Fonte: Arquivo da autora



[...] a consciência do mundo e a consciência de si como seres inacabados necessariamente inscrevem o ser consciente de sua inconclusão num permanente movimento de busca". (FREIRE, 1996, p. 57).

Dicas de atividade formativa

III. Plano de atividade prática

TEMA – Oficina de práticas formativas: o pedagogo orientador na assistência estudantil do IFRO.

Objetivo Geral:

Realizar oficina, para construção de instrumental norteador das ações dos pedagogos orientadores da EPT.

Objetivos específicos:

Socializar dados levantados em pesquisa com as pedagogas orientadoras do IFRO, com apresentação dos pontos mais relevantes e propostas de instrumental;

Definir e construir coletivamente um instrumental norteador da prática do pedagogo orientador no contexto da EPT;

- ✓ Material para leitura reflexiva: ALMEIDA, Adriana Neves de; AZEVEDO, Rosa Oliveira Marins. O pedagogo e sua atuação profissional: Repensando a prática a partir de uma postura investigativa. Revista Educitec, Manaus, n. 02, p. 1-8, 2015;
- ✓ Recursos utilizados: computador conectado à internet, data show, bloco de papel para anotações, caneta esferográfica, lápis, borracha;
- ✓ Data e horário da atividade: 06 de junho de 2019, das 08:00hs. às 13:00hs;
- ✓ Tempo de duração: 5 horas;
- ✓ Público alvo: Pedagogas do IFRO;
- ✓ Participantes: Quatro pedagogas do IFRO.

Possibilidades metodológicas

1º MOMENTO - Iniciar o encontro com a apresentação de um texto ou vídeo motivacional, que venha sensibilizar os participantes e motivá-los a acreditar na possibilidade de mudança e na necessidade de se estar num processo contínuo de aprendizagem;

2º MOMENTO - Realizar roda de conversa, promovendo um momento de socialização dos dados da pesquisa e propostas de instrumental;

3º MOMENTO – Após socialização da proposta, iniciar a estruturação e construção do instrumental proposto;

4º MOMENTO - Aplicar questionário avaliativo sobre a participação no grupo focal, considerando os seguintes aspectos: Observar as potencialidades e fragilidades destacadas pelos participantes nas atividades desenvolvidas; As contribuições desse processo formativo para o desenvolvimento profissional dos participantes; Se o tempo, espaço e recursos destinados à realização das atividades foi suficiente e adequado para o desenvolvimento das etapas.

Dicas para a construção de plano de ação

Na construção do plano de ação, o conjunto de ações deve ser pensado a curto, médio e longo prazo, essas ações precisam ser alinhadas ao plano de ação da assistência estudantil e do *campus*.

É importante consultar o plano de ação desenvolvido no ano anterior para identificar os pontos que precisam ser atualizados, o que precisa ser mantido, o que precisa ser implementado e o que precisa ser melhorado. Como inspiração, também propomos pesquisar ações exitosas desenvolvidas em outros *campi* ou instituições.

De posse das informações necessárias, descrever as ações que serão desenvolvidas e como serão colocadas em prática durante o ano letivo. Deve conter objetivos, etapas, período de duração, profissionais responsáveis, parceiros, encaminhamentos, e avaliação. Essa fase de construção deve ser debatida com a equipe pedagógica.

Cabe ressaltar que, “quando se transformam em ritmo rápido os processos e as situações de trabalho, logo a capacitação inicial perde o seu valor e a formação deve ser atualizada ‘ao longo da vida’” (CHARLOT, 2013, p. 88).

Algumas considerações

A metodologia aplicada na criação deste caderno foi a interatividade por meio da socialização de experiências entre pares. A aprendizagem colaborativa e compartilhamento de ideias, constituem-se no principal parâmetro para a construção coletiva.

O trabalho com grupo focal é uma técnica facilitadora, propícia na socialização das informações que resultaram nessa construção.

O trabalho de oficina torna o pesquisador um coparticipante, mas tendo em vista que não consegue prever qual será o resultado final da ação, a produção do grupo é um desafio que instiga a criatividade do pesquisador.

A partir do exercício de reflexão coletiva, verifica-se o rico acervo de material produzido na prática, à disposição para o desenvolvimento de pesquisa.

Referências

ALMEIDA, Adriana Neves de; AZEVEDO, Rosa Oliveira Marins. **O pedagogo e sua atuação profissional**: Repensando a prática a partir de uma postura investigativa. Revista Educitec, Manaus, n. 02, p. 1-8, 2015.

BRASIL. **Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm. Acesso em: 8 nov. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em: 10 dez. 2018.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra. Acesso em: 8 nov. 2018.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 13563, 16 jul. 1990. Seção 1.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf. Acesso em: 19 jun. 2017.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. **Resolução nº 55/CONSUP/IFRO, de 11 de dezembro 2018** – PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PDI (2018-2022). Porto Velho, 2018.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber às práticas educativas**. São Paulo: Cortez, 2013 (Coleção Docência em Formação: Saberes Pedagógicos).

CUNHA, Maria Isabel da. **CONTA-ME AGORA!** as narrativas como alternativas pedagógicas na pesquisa e no ensino. Revista da Faculdade de Educação. Vol. 23n. 1-2. São Paulo, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GARCIA, Regina Leite (Org.). **Orientação Educacional**: o trabalho na escola. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1994 (Coleção Educar, 12).

GRINSPUN, Miriam P. S. Zippin (org.). **A prática dos orientadores educacionais**. São Paulo: Cortez, 1994.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad.: Tomás Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos; FREITAS, Raquel A. Marra da Madeira (Orgs.). **Políticas Educacionais Neoliberais e Escola Pública**: uma qualidade restrita de educação escolar. [livro eletrônico]. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2018.

MARTINS, José do Prado. **Princípios e métodos da orientação educacional**. 2 ed. São Paulo; Atlas, 1984.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. **Resolução nº 19/CONSUP/IFRO, de 21 de junho de 2011.** Política de Assistência Estudantil – PAE. Porto Velho, 2011.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. **Resolução nº 10/REIT - CONSUP/IFRO, de 10 de janeiro de 2018** – Regulamento dos Programas de Assistência Estudantil – REPAE. Porto Velho, 2018.

UNIR

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESCOLAR
MESTRADO PROFISSIONAL

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
RONDÔNIA